

**ATA DA REUNIÃO-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CMDU**

Data: 17 de Novembro de 2021-Horário: 9h:30min

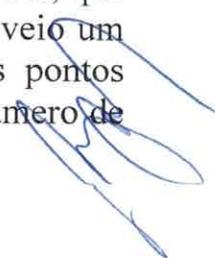
Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal

Aos dezessete dias do mês de novembro do anos de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos, com quórum, Presidente Manara cumprimenta a todos presentes e os que estão remotamente, inicia com a aprovação das atas de nove de setembro e vinte e um de outubro. Pergunta se alguém tem alguma consideração a fazer, alguma retificação, alguma alteração? Sem manifestação as atas são aprovadas por unanimidade. Informa sobre as vagas que ainda remanescem para composição do CMDU ampliado. Uma vaga do Movimento Popular e cinco posições de representantes e associações de bairro, da região norte, oeste, leste, sudeste, e São Francisco Xavier. Entra nos informes, lembra que na última reunião, foram abertas as inscrições para composição da câmara técnica do novo regimento do CMDU. Então aqueles que se anunciaram como conselheiros para participar da câmara técnica, pela sociedade civil: Maria Rita, Fabiana, Walter, e pela prefeitura, Teles, Oswaldo e Rodolfo. Uma vez que já temos a composição da câmara técnica do regimento, Manara agradece a todos os conselheiros pela disposição em colaborar em mais essa construção importante do novo regimento do CMDU. Também como informe, anuncia a retomada de um importante conselho municipal, que há muitos anos foi criado, mas nunca atuou, nunca teve um comportamento, como um colegiado, a exemplo do CMDU e do COMAM e de outros. Mas é o Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural. Foi retificada e retomada a composição. Em uma reunião preliminar na semana passada, uma participação bastante ativa, vários setores importantes do segmento rural, que vão tomar posse como conselheiros, então na estratégia da retomada desse olhar do poder público, das ações de programas setoriais, para a área rural de São José dos Campos, que ficou sem essa atenção durante décadas. Os esforços que a prefeitura municipal tem feito na retomada desse plano de ação, a exemplo do ponto rural, é um sucesso absoluto, que inclusive São José já emprestou a franquia, entre aspas, para outros municípios, salvo engano, já são quatro municípios que já implantaram o ponto rural no modelo de São José dos Campos, e também a sala do Empreendedor Rural agora com uma divisão de desenvolvimento rural, que está sendo coordenada pelo Zé Dimas, junto com o Ronaldo na sala do empreendedor. Várias ações estão sendo implementadas, a exemplo do SIM, vários cursos com o SENAC e com o Sindicato Rural, então é uma retomada histórica, do olhar do poder público para com o setor rural. Então, muito importante essa retomada do Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural. Uma composição de conselheiros foi formada, uma equipe técnica está

conduzindo o plano diretor da região metropolitana no Vale do Paraíba. A Cyntia Gonçalo, que já esteve aqui como secretaria, está coordenando essas ações, mas antes Manara relata uma reunião muito importante, que foi articulada pela conselheira Ângela Paiva, com a equipe técnica da SABESP, para que pudéssemos apresentar um pouco disso que nós vamos conversar hoje na apresentação dos vetores de desenvolvimento da cidade, para melhor planejamento, dos investimentos da SABESP. Então nós conhecemos que a SABESP tem de plano de investimento para a cidade, e também a SABESP entende melhor a dinâmica de desenvolvimento de São José dos Campos após as importantes políticas públicas do melhoramento territorial, como Plano Diretor e Zoneamento. Manara agradece a conselheira Ângela por essa articulação. Com a palavra Oswaldo que cumprimenta a todos inicia informando que juntamente com a FIPE, que é a Fundação de Pesquisas Econômicas, estão desenvolvendo um macro zoneamento regional para criar uma obrigatoriedade legal para essas regiões metropolitanas, dentro da legislação da região. E nesse início, eles estão levantando toda a legislação de uso e ocupação do solo dos municípios, que são parte integrante dessa região metropolitana do Vale do Paraíba e litoral norte. Alguns municípios tem legislação de uso e ocupação do solo, nem todos têm planos diretores e nesse início eles pegaram todo esse arcabouço legal e fizeram uma prévia inicial de compartimentação do território, através de macro zonas urbanas e macro zonas rurais, com as suas diretrizes e metas e pediram que cada município validasse, é a informação, para que eles possam prosseguir com essa propositura da organização territorial. No caso de São José dos Campos, já foi feita uma avaliação inicial, usaram inicialmente o nosso plano diretor, mas entendemos que tem que descer uma lente para o zoneamento, e já estamos conversando e acertando. Agora, é uma dificuldade muito grande, porque você tem municípios muito distintos em relação à informação. Como exemplo uma área urbana de São José dos Campos, uma área urbana de Cunha, uma área urbana de Santo Antônio Pinhal, são muito díspares, então se cria uma identidade ou uma certa sinergia para que se possa compartimentar e estabelecer metas próprias, diárias, para incentivar ocupação, ou de áreas que de repente vai controlar, então é muito complexo, porque o Vale, é de uma diversidade muito grande de realidades, região Jacareí, São José, a Taubaté, Pinda, do fundo do Vale, como Silveira, São José do Barreiro, ou litoral norte, é difícil. Verificamos todo o material, e até demos umas sugestões além da necessidade de São José dos Campos, de algumas correções em função do que eles identificaram, e sentimos certa falta de aprofundar um pouco mais a legislação de São José e sugestões também para outros municípios para criar uma certa identidade, um documento com mais detalhes do que eles haviam pensado. Na verdade, os municípios todos devolvendo essa

informação, a ideia deles é compilar esse material e em janeiro fazerem audiências públicas, em diversas cidades, acredito que será criada uma agenda de trabalho a partir de janeiro e disponibilizar não só para os órgãos públicos e prefeituras, mas para a sociedade de maneira geral. Manara agradece a Oswaldo e lembra que foi anunciado um cronograma de discussões, audiências públicas, com a finalidade de finalizar o PDUI, para março, abril do próximo ano, é um trabalho muito intenso e as instituições aqui que compõem o CMDU, que participam desse tipo de processo de construção, é importante também que procurem, se informar e estabelecer esses contatos para contribuir com o processo de discussão com a equipe que está coordenando essas ações. Manara continua informando que o andamento sobre o consórcio intermunicipal do licenciamento ambiental que já foi apresentado no CMDU, onde havia noticiado que 10 municípios assinaram o protocolo de intenções, que está em fase agora de consolidação da participação dos municípios nas respectivas câmaras municipais, através da aprovação de uma lei autorizativa, que já foi feita por Monteiro Lobato, São José dos Campos, Jambuí e Tremembé. A expectativa nessa semana é de tramitarem nas respectivas câmaras municipais Santo Antônio Pinhal e Paraibuna. Tivemos uma dissidência anunciada como temporária de Jacareí, que optou por não entrar nesse primeiro momento, anunciou que vai avaliar depois de um tempo, se a pertinência ou oportunidade de ingressar no consórcio, mas Jacareí saiu. Estamos agora em discussão com os demais municípios, principalmente com Pindamonhangaba, Bananal e São José do Barreiro. Provável que tenhamos até o final de novembro os seis municípios dos 10, o que já é mais do que o suficiente, lembrando que o consórcio intermunicipal pode ser feito a partir de dois municípios, então os seis primeiros municípios que nós já vamos agendar a primeira plenária de prefeitos, para eleger o prefeito que vai presidir no primeiro mandato o consórcio, enfim, dar corpo para o início do funcionamento a partir de janeiro, no mais tardar fevereiro do ano que vem. Uma reunião com a equipe que está desenvolvendo a plataforma eletrônica, o Prefeito Felício já disponibilizou os espaços e essa plataforma eletrônica, ou como contribuição de São José dos Campos para o processo de consolidação do consórcio. A sede do consórcio será junto com a RMVALE, com a equipe do Sérgio Teodoro, na orla do banhado. Também São José dos Campos está cedendo à plataforma eletrônica, que vai recepcionar todos os protocolos, o consórcio tá andando na velocidade e com as cautelas devidas para o processo de construção. e estamos com uma expectativa bastante forte de janeiro ou fevereiro recepcionarmos o protocolo número zero um. Manara pergunta se alguém tem alguma questão sobre esses informes que passou se querem se manifestar. Nenhuma manifestação segue com as apresentações da pauta. Passa a palavra para Paulo Caon, que vai apresentar os vetores de desenvolvimento da cidade através da ótica do

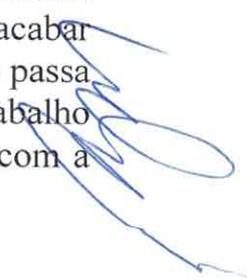
parcelamento do solo. Paulo Caon se apresenta como arquiteto e analista técnico do Departamento de Planejamento Urbano e que está à frente da divisão de parcelamento do solo. Inicia informando que em 2020 fez uma apresentação aqui no CMDU, onde tinha um número alto de loteamentos em andamento, em análise na cidade, e que teve um aumento significativo para o ano de 2021. Coloca na tela o estágio dos projetos e o que está ocorrendo em cada região. Em 2012 tinha cerca de 40 projetos em análise, 40 processos em andamento, 2016 teve aumento para 45, com a aprovação do Plano Diretor e da lei de parcelamento do solo, teve um aumento para 2020 de 55 processos, e agora a gente tem um número sem precedentes na história da cidade de 74 processos de loteamento em análise. Demonstra no gráfico que estão distribuídos da seguinte forma: 33 na zona leste, que lidera em número de processos, a sudeste com 17, a sul com 12, a oeste com 6, a norte com 5, e o primeiro loteamento aprovado regularmente é São Francisco Xavier, que está em fase de execução. O principal vetor de expansão hoje é a região leste, que se dá em razão da leste liderar com 33 processos, e os principais fatores que levaram a esse volume de projetos na região leste, é, primeiro pela aprovação da nova lei de parcelamento e ocupação do solo, uma necessidade de ocupar aqueles vazios, então ouve um teto para o desmembramento, quando se limitou o desmembramento a 50 mil metros, as áreas a partir dessa metragem, obrigatoriamente, elas têm que ser loteadas, parceladas, por meio do loteamento. Você organiza melhor o sistema viário, você tem a contrapartida de área pública, e esse foi um dos principais fatores para o aumento no geral, em todas as regiões do número de projetos. Teve também a redução de lote, tamanho do lote, o mínimo na cidade era de 200 metros quadrados, esse lote mínimo passou a serem 175 e 125 em determinados pontos, nas chamadas M5, que é um zoneamento criado próximo àquelas áreas de ocupações irregulares, em que você tem uma tendência que as glebas sejam ocupadas regularmente, então as M5, ela vem para que seja viável ocupar aquelas glebas com lote menor, e para que ela seja comercializável. E ela tem uma contrapartida maior de área pública, que é justamente a deficiência que tem naquelas regiões. Teve também uma facilidade para as garantias das obras, então o loteador que colocava outros imóveis em garantia, ele sofria um fator de redução desses lotes. Então esse fator de redução, foi reduzido, e hoje o lote vale mais, para quem vai colocar esse lote como garantia das obras de loteamento. O seguro garantia também teve uma redução nas necessidades de tempo que você tem que segurar sua obra. Antes fazia um loteamento, tinha dois anos de cronograma, tinha que ter um seguro garantia para três anos. Hoje o seguro tem dois anos de obra e vai garantir por dois anos e três meses, que é o tempo necessário para o recebimento das obras. Aliado a isso veio um reforço na fiscalização, hoje mais rigorosa. Então esses são os pontos principais que fizeram com que a região leste, tivesse um maior número de



projetos. A região sudeste tem 17 projetos em andamento. Processos em análise, e o grande indutor ali foram a Via Cambuí. As áreas ali não eram, e não tinham uma localização muito comercial, e quando a Via Cambuí corta, ela começa a dar uma porta de entrada, uma frente para essas áreas, que teriam que aguardar a expansão urbana chegar até ela, com a Via Cambuí elas acabam tendo uma porta de entrada e isso induziu bastante o número de loteamento na região sudeste. A região sul tem 12 processos, é de uma ocupação mais lenta, acontecem principalmente no final da região sul, próximo ao Santa Edwiges ao Nova República e Cruzeiro do Sul. E tem algumas áreas que elas dependem de outros loteamentos serem implantados para chegar nelas, é uma ocupação mais lenta. Então, apesar do número alto, é uma ocupação mais lenta que nas outras regiões. A região oeste tem seis projetos, são principalmente na região do Urbanova e tem novidades, na área das famosas vaquinhas, um projeto hoje em análise. A região norte, são projetos, mais distribuídos principalmente em razão do teto, dos 50 mil metros, são áreas que antes seriam desmembradas, seriam conjuntos, que acabaram tendo que ser loteadas justamente por causa do limite. E o projeto em São Francisco Xavier, é o primeiro loteamento regularmente aprovado. Então, hoje, esse é o status dos projetos, dos 74, 16 estão em análise, para emissão de diretriz, são projetos, recém-protocolados, 43 já tem diretriz emitida, o loteador está elaborando o projeto para apresentar ao município. O projeto já se encontra em análise, desses 43 cerca de 22 ou 23 já estão em análise, já foram apresentados e estão sendo analisados pelos órgãos dos departamentos da prefeitura. Três já receberam uma pré-aprovação e tão sendo licenciados agora pelo estado, dois já retornaram do estado e estão em aprovação final, e temos 10 em implantação. Esse ano teve três loteamentos aprovados e louvável que a gente tenha mais um até o final do ano. É legal falar que desses 74, 11 estão nas M5, foi um acerto da nova lei de parcelamento. Muitas áreas que não tínhamos pedidos anteriores de loteamento, com a criação das M5, começaram a rodar. E, esses 10 loteamentos que estão em implantação é para ver a importância do montante em investimento, eles resultam em 134 milhões, e isso é só investimento em obra de infraestrutura, fora todos os outros investimentos. Esses valores estão atualizados e temos loteamentos que foram aprovados o cronograma dois, três anos atrás e então o valor é bem superior a isso, mas por cima aqueles 10 que estão em implantação resultaram em 134 milhões de reais em investimentos em infraestrutura. Para se ter uma ideia, desses 10 que estão em implantação, o impacto deles na malha urbana, esses 10 loteamentos vão gerar mais de 605 mil metros quadrados de áreas verdes. Lembrando que as áreas verdes dos loteamentos são todas arborizadas, gramadas, as apps são todas restauradas, o solo é corrigido, e o sistema de lazer mais de 180 mil metros quadrados, também todos equipados, com paisagismo, iluminados, com toda a infraestrutura



necessária, os projetos de paisagismo hoje, o mesmo padrão que é exigido de um loteador na oeste, na Urbanova, é exigido do loteamento nas M5. Então o brinquedo que é instalado, um playground, uma quadra, uma academia, é o mesmo instalado nas áreas das vaquinhas. 163 mil metros quadrados de áreas institucionais, para a gente ter uma ideia da importância disso, a prefeitura para fazer uma escola, ela precisa de 10 mil metros quadrados, esses 10 loteamentos que estão em implantação vão dar 163 mil metros quadrados de área pública, então é espaço para a prefeitura implantar creche, escola, UBS, e principalmente regiões carentes, que é a leste e sudeste, que são as regiões mais carentes de infraestrutura em serviços públicos. 790 mil metros quadrados de sistema viário, então o loteamento, ele vem para organizar aquela malha viária. Toda a implantação é acompanhada pela Secretaria de Mobilidade, então ele é dimensionado para aquele volume de tráfego que ele vai ter, sinalização, pintura entregue completo. Temos um milhão e cento e noventa e oito mil metros quadrados de área de lote, difícil dizer quantos lotes são, porque a tem loteamentos voltados para verticalização com lotes de 10, 9 mil metros, tem loteamentos de 175, loteamentos de alto padrão com 750 metros quadrados. Caon apresenta um quadro com fundo branco, para ver o volume de projetos, onde cada perímetro colorido é um loteamento que está em análise, ou implantação, ou esperando emissão de diretrizes. As cores representam a diretriz emitida, outros em fase de implantação, Na tela Caon mostra no centro da tela três ou quatro loteamentos, que eles vão executar praticamente toda ligação viária, prevista na macro estrutura do município. Então, quando se ocupa esses vazios urbanos com loteamento, não com desmembramento, é um ganho urbanístico muito significativo. Numa reunião do secretário com a SABESP, foi solicitado a eles principalmente para dimensionarem os investimentos principalmente na região leste e na sudeste, que o aumento do número de loteamentos que acaba resultando num aumento da demanda da SABESP. Com a palavra Maria Rita que cumprimenta a todos, parabeniza a secretaria e informa que tem trabalhado em muitos desses loteamentos e que realmente uma relação muito boa com a secretaria, e que tenta nos ajudar, que tem muito problema hoje, principalmente com o estado, problemas imensos com a SABESP, que hoje tem outro relacionamento, inclusive convidamos o Paulo, ele participou com a gente, numa das reuniões, e a SABESP ficou impressionada com o nível, com a quantidade de coisas que tem que ela não tem noção. Acredita que a nova lei, o novo Plano Diretor, com em relação ao problema viário nas M5. Justamente nas M5, começamos uma discussão com o governo precisamos rever o macro viário, alguns loteamentos nas M5 vão acabar não sendo executados, porque você tem 60 mil metros quadrados, e passa duas vias de 33, quer dizer, é quase impossível fazer. É um trabalho enorme, São José crescendo, e temos um relacionamento excelente com a



secretaria. Paulo Caon responde a Maria Rita que para quem não conhece, nas M5, para viabilizar o loteamento, acabou reduzindo até as vias locais, então o mínimo na cidade hoje são vias de 13 metros e nas M5 nós temos vias de 11 e 40, tudo para que se consiga viabilizar o loteamento nessa zona e que fosse possível ter o dobro de contrapartida de área institucional. Então quando se tem a macro estrutura que ali se acaba, de repente, uma arterial com 33 metros, acaba ficando pesado, então é válida a crítica. Manara complementa e frisa que é importante registrar que esse comportamento dentro de um colegiado, é o mais rico, mais interessante. Conforme falado a pouco, a conselheira Ângela trouxe a SABESP aqui, a Maria Rita também tem promovido essas oportunidades e interlocuções e reuniões, que fazem parte da dinâmica do dia a dia de vários departamentos da secretaria, da prefeitura, onde coloca a prefeitura em contato com esses agentes, então isso é o exercício de um colegiado rico, participativo, que promove o bem da cidade, as questões aqui trazidas. Manara parabeniza o CMDU e a todos os conselheiros, que tem promovido e utilizado desses caminhos e da sua função como conselheiro para estreitar caminhos, para encontrar soluções, isso que dá riqueza num conselho municipal de desenvolvimento urbano. Parabeniza todos os conselheiros que procuram, utilizar da sua prerrogativa de conselheiro, da sua função, entender a dimensão da sua função, porque é para isso que existe os colegiados, para fazer exatamente acontecer essas oportunidades de estreitamento e aproximação com várias instituições que trabalham para o bem de São José dos Campos. Com a palavra Angela Paiva que gostaria de falar a respeito da apresentação do Paulo Caon, pois quando vê esses números apresentados, vislumbra o que o loteamento representa para o município, isso alegra os loteadores, como empreendedores e como parceiros do poder público. E fazendo da maneira correta, da maneira honesta, dialogando sempre, como Manara acabou de falar, Maria Rita e José Renato sempre participativos. Então, sempre buscando diálogo, para que a gente consiga realmente melhorar, o propósito é esse. Então, quando eu vejo apresentação do Paulo, a gente vê uma prefeitura fazendo esse tipo de apresentação, é o setor importante, como classista, muito importante para ter esse reconhecimento também, por parte do poder público, da nossa parceria, porque é uma parceria que temos. Manara agrade a participação da Angela e responde que realmente, são números que impressionam essa atratividade de São José dos Campos, não é por menos, não só no setor construtivo, não só na questão imobiliária, na geração do produto imobiliário, mas São José dos Campos tem se destacado em muitos dos principais indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento humano. Então é importante reforçar aqui que indicadores de segurança, por exemplo, São José está no topo das cidades acima de 500 mil habitantes no Brasil, tem índices europeus, e não é de cidade grande europeia não, índice europeu de segurança, nós estamos

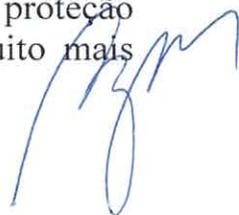
a dois anos sem latrocínio, diminuição de 63% no índice de furto a veículos. Sugere que os conselheiros visitem esse novo CSI, importante que todos conheçam que segurança é um indicador de atratividade importante para investidores, na cidade. Saúde com menor índice de letalidade do Brasil, para cidade acima de 100 ou 400 mil habitantes, a Covid foi muito bem gerida pela comissão de crise, pelo prefeito Felício Ramuth, pelo Danilo, e pela Margareth, enquanto secretários, foi muito bem gerida aqui em São José dos Campos, foi o menor índice de letalidade de Covid das cidades acima de 400 mil habitantes do Brasil. E outros tantos, dentro da própria secretaria nós temos esses números expressivos, vindo de um setor importante, para o desenvolvimento, para o Plano Diretor, para a macro zona de consolidação, para a macro zona de estruturação, enfim, do parcelamento do solo, mas também temos, recordes na Sala do Empreendedor, vamos fechar um ano com 12 mil chegadas de novas empresas de São José dos Campos, num ritmo de crescimento mesmo durante a pandemia. Se lembrarmos de que em 2016 fechamos com 5150 empresas, vamos fechar aí esse ano com 12 mil novas empresas em São José dos Campos. Aprovação de projetos, estávamos até poucos dias atrás com 30 chegadas por dia, hoje baixou um para 25. Mas enfim, são números muito importantes, que demonstram a pujança dessa capital regional, que é uma referência, com muita honra que nós servimos a essa cidade, que é uma referência no Brasil e na América latina, como das melhores cidades, para se morar e viver. Passando para o segundo assunto da pauta, que também faz parte da qualidade de vida, a questão ambiental, São José é uma referência mundial de arborização urbana, de investimentos, teremos a apresentação após quatro anos e meio de negociações a consolidação do Parque Natural Municipal do Cerrado. Com a palavra Juarez que cumprimenta a todos e diz que com grande alegria vem pré-anunciar junto ao CMDU e que após um longo tempo de espera, graças à perseverança do secretário Manara e do prefeito, estamos conseguindo lançar efetivamente o Parque do Cerrado. Fazer um breve histórico onde conseguimos contemplar dentro do Parque do Cerrado, todos os termos e compromissos de recuperação ambiental, que a prefeitura tinha, desde 1998 até 2016, conseguiu concentrar todos esses termos e compromissos de recuperação ambiental com a criação do Parque do Cerrado. A audiência pública já está marcada, devemos lançar as duas audiências públicas. Com a palavra Andréia, que preparou uma breve apresentação para vocês saberem exatamente como se dará a criação do Parque Nacional do Cerrado, que vai se estabelecer na zona sul, próximo à saída do Parque Interlagos. Andréia cumprimenta a todos, trabalha na secretaria de urbanismo e sustentabilidade, e vai fazer uma breve apresentação do processo de criação de uma unidade de conservação de proteção integral. Explica que o que difere um parque natural de um parque

urbano é o seu uso. Está sendo criada uma unidade de conservação e de proteção integral de um bioma que na nossa região ele aparece em algumas regiões, então a importância da criação desse parque é justamente garantir que esse bioma não se perca. Num quando na tela apresenta uma fotografia que data do final da década de 50, começo da década de 60, em São José dos Campos. E foi retirada de uma coleção da biblioteca digital do IBGE. Explica que a gente vê que São José dos Campos tem essa fitofisionomia e que é isso que vai garantir a proteção desse bioma, a criação dessa unidade de conservação, são poucos locais do Brasil que tem uma unidade de conservação de proteção integral municipal do cerrado. O parque está localizado na região sul, próximo ao Jardim Portugal, Campos dos Alemães, divisa com Dom Pedro, e na imagem da direita podemos ver todo o perímetro do parque, e essa linha azul, ela delimita e a gente percebe que tem outros fragmentos no entorno. No local tem uma grande área que foi preservada de cerrado, ao longo do tempo. Então garantir que não se perca esse bioma é uma iniciativa importantíssima. Apresenta um mapa que mostram os aspectos físicos da área, a condição de preservação está mais na cor mais verde, o cerrado mais degradado na cor mais alaranjada, tem recurso hídrico, uma área de zona úmida, então ali a gente entende que existe uma importante área de recarga de aquífero, porque ali a gente está mais ou menos numa região de cabeceira da formação dos cursos hídricos que atravessam o município. Então, assim, é fundamental que a gente garanta que essa área, além da preservação da biodiversidade, também garanta a recarga de aquífero, que vai ajudar com que a gente tenha a recuperação das águas dos corpos d'água que passam pelo interior da malha urbana. Andrea mostra na foto que o perímetro em vermelho é o perímetro do parque, e podemos ver que ele está basicamente na Bacia do Vidoca, mas tem um pedacinho dele que está na Bacia do Senhorinha, que é aquela parte avermelhada. Então toda essa região é o que a gente mostra e também tem a Bacia do Serimbura, que é outro curso hídrico. Então, assim, toda essa área, é necessário que a gente tenha esse olhar de proteção também do curso d'água, que vai ser alimentado nessas áreas todas de recarga. Uma coisa que chama bastante atenção, e isso destaca o esforço de toda equipe da secretaria, é em olhar para biodiversidade que existe nessas áreas de cerrado. Uma essência muito delicada, e olhando assim a gente não enxerga muito, mas os técnicos que foram no local fazer as visitas, eles ficaram encantados com a diversidade que encontraram. Isso foi apenas um estudo inicial, um estudo preliminar, mas já destaca ali, que nós temos espécies importantes. Andrea posta fotos de uma flor bonita meio avermelhada é a florada do Suinã, que é uma planta de cerrado. Temos também a Copaíba, tem uma flora, bastante interessante e que precisa ser bastante estudada, porque com certeza tem elementos, endêmicos. Já existem alguns estudos que estamos enxergando essa necessidade de

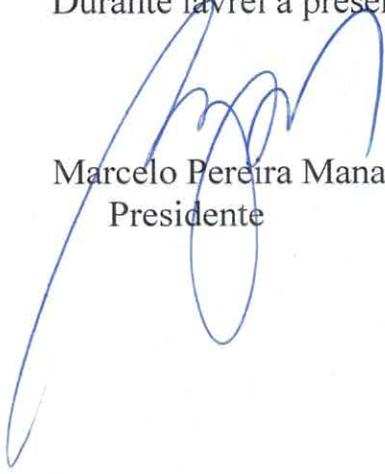
aprofundamento desse conhecimento. Numa sequência de informações Andrea passa aos conselheiros o processo de criação de uma unidade de conservação. Temos uma lei municipal que autoriza a criação desse parque, porque essa área foi uma área doada ao município, e o prefeito mostra através dessa lei que é importante preservar esse local, essa biodiversidade. O estudo técnico mencionado fez esses primeiros levantamentos e em breve uma consulta pública, e precisamos desse prazo que antecede a consulta de 15 dias, para pessoas terem conhecimento do material, do estudo técnico, da planta, que estará disponível. A elaboração de um parecer técnico acontecerá 15 dias depois que forem colhidas todas as contribuições, o estudo técnico será finalizado, será encaminhado para um parecer jurídico. E, por último, a criação do parque se dá por um ato do prefeito. A lei que autoriza a criação dessa unidade de conservação, foi publicada em 2019, o estudo técnico, um relatório que foi feito, para ter a dimensão da importância desse bioma, aqui no município. Foi feito um decreto, autorizando a realização das audiências públicas e tudo o que contém esse ato, dentro desse decreto. Temos o edital de convocação, as datas e os locais onde acontecerão as reuniões, no dia 30 de novembro na EMEF Dom Pedro de Alcântara, o (Caíque) que fica na região sul, conjunto Dom Pedro I. E no dia primeiro de dezembro, será na casa do idoso do centro. Um espaço de debate, de apresentação, dessa iniciativa à população, é importante que não só a consulta pública que ficará disponível, mas também essa possibilidade de apresentar à população como será esse Parque do Cerrado. Os próximos passos após a audiência pública será a elaboração do parecer técnico, que a equipe da prefeitura realiza, para dar o subsídio para fazermos então a minuta do texto de criação da lei ou do decreto, o parecer jurídico que será dado, o envio ao prefeito para assinatura do ato de criação. Finaliza com o convite para que todos participem das audiências públicas. Juarez informa aos membros do conselho que essa documentação foi encaminhada por e-mail e faz um agradecimento ao secretário Manara pelo mérito, persistência, perseverança, que originou na criação do Parque do Cerrado, essa criação dessa unidade de conservação. Se não fosse a persistência do secretário, dificilmente nós conseguiríamos levar a cabo essa criação. Houve uma sugestão da equipe do Departamento de Gestão Ambiental, o nome será dado ao parque, que está em análise pelo secretário, pelo prefeito, do pesquisador doutor Mário Guimarães Ferri, que é um botânico, nascido aqui em São José dos Campos, em 1918, o Dr. Ferri é o pai da botânica, inclusive os primeiros trabalhos dele, coincidentemente, foram com cerrado, na década de 40, 43, e o Dr. Mário Guimarães Ferri estamos até vendo se têm familiares ainda aqui em São José dos Campos, para que a gente possa contatá-los e fechar essa indicação do Dr. Mário Guimarães Ferri. O secretário achou importante, por conta de ele ter nascido em São



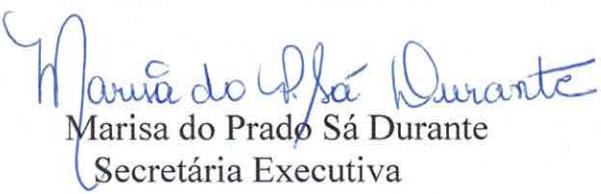
José dos Campos, ser um botânico e uma pessoa especialista no cerrado, de renome nacional e internacional. Manara agradece a Juarez, Andrea, Paula Cabral, e toda equipe que por essa iniciativa, vai consolidar e posicionar São José dos Campos como uma das únicas cidades que terá unidades de proteção integral dos vários biomas que existem na cidade tem o Augusto Ruschi como floresta ombrófila densa, da Mata Atlântica, tem o Parque Natural Municipal do Banhado, que dá a atribuição àquela especificidade de ambiente que é o Paraíba do Sul com esse caráter de proteção integral e agora teremos o bioma do cerrado, com essa iniciativa que são 30 hectares, mas que já estamos em andamento, também conduzidas pela equipe do Juarez, para atribuir outros 70 hectares de caráter protetivo daquilo que o Plano Diretor definiu lá atrás como diretriz de conservação do cerrado. Então toda essa criação, ela surge assentada no Plano Diretor, que o Joseense quis ver cravar a estratégia de conservação máxima desse cerrado, naquela região. Manara agradece imensamente a disponibilidade que o proprietário teve nessas articulações, o Júnior do Grupo Independência, e os sócios, dos 30 hectares para que pudéssemos acomodar o Parque do Cerrado, enquanto unidade de conservação de proteção integral. Manara esclarece àqueles que não atuam muito nessa área de unidade de conservação, hoje, no cenário brasileiro, e faz uma crítica a condução, que o Ministério do Meio Ambiente tem dado às unidades de conservação, um fato de extrema importância um município se aventurar, ter coragem de lançar, agora que acabou de sair Ricardo Salles. Um município lançar uma unidade de conservação de proteção integral em área urbana, isso tem despertado certamente participações importantes nesse dia 30 e no dia primeiro. Teremos convidados como Mário Mantovani, da SOS Mata Atlântica, Patrícia Iglesias, presidente da CETESB, subsecretário Eduardo Trani, todos estão aguardando ansiosos por essa consolidação dessa unidade de conservação, porque é um fato de extrema importância, porque infelizmente no cenário brasileiro o caminho é ao contrário, é enfrentar aquilo que nós já temos como patrimônio assegurado nas unidades de conservação. Então criar uma unidade de conservação de proteção integral em área urbana é talvez um dos únicos municípios. O único município no Brasil que está enfrentando essa onda contrária, infelizmente, esse desmonte da estrutura ambiental no país, então São José, com o aval do prefeito Felício, do vice-prefeito Anderson Farias. O prefeito Felício foi decisivo no seu primeiro mandato em falar que podíamos conduzir as negociações, porque São José vai ter o Parque do Cerrado, então estamos consolidando quatro anos e meio de negociações. Manara diz estar extremamente honrado, e agradecido pela oportunidade que lhe foi dado de conduzir esse processo e deixar como um legado para a cidade de São José dos Campos, para a região Vale do Paraíba, uma unidade de proteção integral da importância do cerrado, porque o cerrado, ele é muito mais



ameaçado do que a Mata Atlântica, o bioma cerrado é extremamente ameaçado aqui no estado de São Paulo, então, estamos no começo dessa trajetória, agradece ao Teles, como diretor da área administrativa, que fez toda a base processual para que nós pudéssemos chegar nesse momento. Como secretário sente um prazer enorme, de estar nesse momento de consolidar essa unidade de conservação e reforçar o convite para o dia 30 de novembro e o dia primeiro de dezembro, será aberto o convite à participação e queremos ver o CMDU também participando dessa iniciativa. Nada mais a tratar, o Presidente Manara agradece a todos que estão presentes e remotamente, encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara
Presidente



Marisa do Prado Sá Durante
Secretária Executiva